



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Publicado no D. O. E. n.º 27.789  
de 25/08/94, à pg. 05 e 06  
do 4º caderno

RESOLUÇÃO N.º 3.679

REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS ESTABE-  
LECIDOS NOS ARTIGOS 24, X, E 46, §  
2º, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º  
25, DE 05 DE AGOSTO DE 1994.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO  
ESTADO DO PARÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO PARÁGRAFO ÚNI-  
CO DO ARTIGO 72, DO REGIMENTO INTERNO,

CONSIDERANDO QUE O ARTIGO 24, X, DA LEI COMPLEMENTAR ES-  
TADUAL N.º 25, ESTABELECE COMO COMPETÊNCIA DESTA CORTE A APRECIÇÃO  
DOS BALANCETES TRIMESTRAIS,

CONSIDERANDO QUE AS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS  
REFERENTES A BALANCETES TRIMESTRAIS SÃO CONSIDERADAS PRELIMINARES,  
CONFORME DISPÕE O ARTIGO 46, § 2º, DA REFERIDA LEI,

CONSIDERANDO QUE O ATUAL REGIMENTO INTERNO NÃO PREVÊ ES-  
SA MODALIDADE DE JULGAMENTO,

CONSIDERANDO QUE O NOVO REGIMENTO INTERNO, QUE SERÁ ADE-  
QUADO À ATUAL LEI ORGÂNICA DESTA CORTE, LEVARÁ ALGUM TEMPO PARA SER  
APROVADO E ENTRAR EM VIGOR,

CONSIDERANDO QUE A LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 25 FOI  
PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO NA EDIÇÃO DO DIA 09 DO CORREN-  
TE MÊS, PORTANTO, JÁ EM VIGOR E COM PLENA EFICÁCIA NO ORDENAMENTO  
JURÍDICO, DEVENDO SER CUMPRIDA DE IMEDIATO,



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-02-

RESOLUÇÃO N.º 3.679

CONSIDERANDO PROPOSIÇÃO APRESENTADA PELO CONSELHEIRO PRESIDENTE NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NESTA DATA, APROVADA POR VOTAÇÃO UNÂNIME, COM ADITAMENTO DO CONSELHEIRO ALCIDES ALCANTARA,

**RESOLVE** PROMULGAR A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

ART. 1º - AS PREFEITURAS, CÂMARAS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS OU MANTIDAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DEVERÃO ENVIAR AO TRIBUNAL, ATÉ 30 (TRINTA) DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DO TRIMESTRE, OS BALANCETES TRIMESTRAIS, ACOMPANHADOS DE COMPROVANTES DA RECEITA E DESPESA, EXTRATOS BANCÁRIOS, AVISOS DE CRÉDITOS, PROCESSOS LICITATÓRIOS E DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE ADIANTAMENTOS.

§ 1º - SE O PREFEITO NÃO ENVIAR O BALANCETE TRIMESTRAL NO PRAZO REFERIDO NO CAPUT DESTE ARTIGO, O PRESIDENTE DO TRIBUNAL COMUNICARÁ O FATO À CÂMARA MUNICIPAL RESPECTIVA E AO MINISTÉRIO PÚBLICO, BEM COMO REPRESENTARÁ AO GOVERNADOR DO ESTADO REQUERENDO INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO, ALÉM DA APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 56 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 25/94.

§ 2º - AOS PRESIDENTES DE CÂMARAS E DIRIGENTES DE AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES QUE NÃO ENVIAREM O BALANCETE TRIMESTRAL NO PRAZO ESTABELECIDO, O TRIBUNAL APLICARÁ A MULTA A QUE SE REFERE O PARÁGRAFO ANTERIOR.

ART. 2º - OS PROCESSOS REFERENTES AOS BALANCETES TRIMESTRAIS, APÓS A ANÁLISE DOS ÓRGÃOS TÉCNICOS, SERÃO ENCAMINHADOS DIRETAMENTE AO AUDITOR RESPONSÁVEL PELO MUNICÍPIO, PARA EMISSÃO DE RELATÓRIO CONCLUSIVO.

-CONT-



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-03-

RESOLUÇÃO N.º 3.679

ART. 3º - CONCLUÍDO O RELATÓRIO, O AUDITOR ENCAMINHARÁ O PROCESSO AO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL, PARA EXAME E PARECER.

ART. 4º - APÓS O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, O PROCESSO SERÁ ENCAMINHADO À SECRETARIA GERAL PARA DISTRIBUIÇÃO A CONSELHEIRO RELATOR.

ART. 5º - JULGADA REGULAR A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA, O PROCESSO SERÁ REMETIDO AO DEPARTAMENTO TÉCNICO, PARA AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS.

PARÁGRAFO ÚNICO - POR OCASIÃO DA ANÁLISE DO BALANÇO GERAL, O DEPARTAMENTO TÉCNICO JUNTARÁ AOS AUTOS AS DECISÕES PLENÁRIAS PROFERIDAS NOS BALANCETES TRIMESTRAIS, PARA SEREM PARTES INTEGRANTES DO PARECER PRÉVIO A SER EMITIDO OU DO RELATÓRIO DE JULGAMENTO DAS CONTAS.

ART. 6º - O AUDITOR, QUANDO CONCLUIR PELA IRREGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA, DEVERÁ ESPECIFICAR EM SEU RELATÓRIO A IRREGULARIDADE OU IRREGULARIDADES DETECTADAS, RECOMENDANDO AS PROVIDÊNCIAS QUE DEVERÃO SER ADOTADAS PELO ORDENADOR DA DESPESA, VISANDO SANEÁ-LAS.

PARÁGRAFO ÚNICO - O CONSELHEIRO RELATOR, EM SEU VOTO, DEVERÁ RECOMENDAR AS PROVIDÊNCIAS A QUE SE REFERE ESTE ARTIGO.

-CONT-



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-04-

RESOLUÇÃO N.º 3.679

ART. 7º - NA HIPÓTESE DO ARTIGO ANTERIOR, CONSTATADO DA NO AO ERÁRIO, DECORRENTE DE DESFALQUE OU DESVIO DE DINHEIRO, BENS OU VALORES PÚBLICOS, PODERÁ O PLENÁRIO DETERMINAR DE IMEDIATO O RECOLHIMENTO DO VALOR APURADO, ATUALIZADO MONETARIAMENTE E ACRESCIDO DE JUROS, ALÉM DA MULTA PREVISTA NO ARTIGO 56, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 25/94.

PARÁGRAFO ÚNICO - NÃO HAVENDO DÉBITO, MAS COMPROVADAS ' QUAISQUER DAS OCORRÊNCIAS PREVISTAS NOS INCISOS I, II E III DO ARTIGO 52, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 25/94, O PLENÁRIO PODERÁ APLICAR A MULTA PREVISTA NO ARTIGO 57, DA REFERIDA LEI.

ART. 8º - OCORRENDO A HIPÓTESE PREVISTA NO CAPUT DO ARTIGO ANTERIOR, E CASO O ORDENADOR DA DESPESA CUMpra O DETERMINADO PELO PLENÁRIO, OS DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO DEVERÃO SER ENCAMINHADOS ' JUNTO COM O BALANCETE TRIMESTRAL SUBSEQÜENTE, DEVENDO O AUDITOR, A QUANDO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, DESTACAR O CUMPRIMENTO DA DECISÃO.

PARÁGRAFO ÚNICO - NÃO SENDO CUMPRIDA A DECISÃO NO PRAZO ESTABELECIDO, O AUDITOR DEVERÁ DESTACAR A OCORRÊNCIA NO RELATÓRIO ' CONCLUSIVO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, ATUALIZANDO MONETARIAMENTE O DÉBITO, A FIM DE QUE O ORDENADOR DA DESPESA POSSA SE MANIFESTAR POR OCASIÃO DA DEFESA ESCRITA, PRODUZIDA NA FASE DE CITAÇÃO.

ART. 9º - A DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES DETECTADAS OU DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO DEVERÁ SER ENCAMINHADA, SEMPRE, POR OCASIÃO DO BALANCETE TRIMESTRAL SUBSEQÜENTE, NÃO SENDO ADMITIDO, EM HIPÓTESE ALGUMA, O PROCESSAMENTO DA DOCUMENTA

-CONT-



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-05-

RESOLUÇÃO N.º 3.679

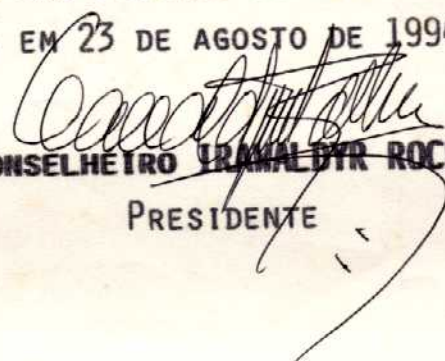
ÇÃO EM AUTOS SEPARADOS, NEM JUNTADOS A PROCESSOS DE BALANCETE TRIMESTRAL.

PARÁGRAFO ÚNICO - CASO O ORDENADOR DA DESPESA ENCAMI-NHE A DOCUMENTAÇÃO A QUE SE REFERE ESTE ARTIGO EM SEPARADO, A SECRETARIA GERAL PROVIDENCIARÁ SUA DEVOLUÇÃO AO REMETENTE, DANDO-SE BAIXA DO NÚMERO DO PROCESSO NO PROTOCOLO GERAL DO TRIBUNAL.

ART. 10<sup>º</sup> - PODERÁ O TRIBUNAL PROMOVER TOMADA DE CONTAS, SE QUALQUER DAS PESSOAS INDICADAS NO ART. 23 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 25/94, DEIXAR DE REMETER OS BALANCETES TRIMESTRAIS, COM OS RESPECTIVOS DOCUMENTOS, NO PRAZO PREVISTO NO ART. 23, INCISO II LETRA A DA MESMA LEI.

ART. 11<sup>º</sup> - ESTA RESOLUÇÃO ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PROMULGAÇÃO.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, EM 23 DE AGOSTO DE 1994.

  
CONSELHEIRO IRAMALBYR ROCHA  
PRESIDENTE

AC/Lvc